

POSSE

Da Diretoria da Associação de Moradores da Vila Dois Rios



COMEÇAR DE NOVO – diria que com esse dilema aconteceu a solenidade de posse do re-
eleito no dia 07/09/2013, às doze horas no Centro de Convivência Comunitário

para mais dois anos no cargo da Associação de Moradores da Vila Dois Rios (AMVDR). Ele e mais 10 (dez) moradores ocuparam, os cargos da entidade: - como presidente Ezequiel Ferreira, vice-presidente Marcos Caetano, secretária geral Kelly Cristine, diretor de finanças Hotair da Silva Souza, diretora de eventos Marilda Aparecida Caiães, diretor de políticas públicas Antônio Monteiro de Barros, diretora de políticas sociais Valentina da Costa Oliveira, diretor de esportes Isaque Pimenta da Silva e para conselho fiscal: Lupércio de Albuquerque, Ronaldo de Souza Barra e Luiz Alves Pereira.

Com este quadro que já havia sido montado com antecedência Ezequiel vai continuar administrando e procurando achar caminho de levar a Associação por mais um período atuando e apoiado por um grande grupo de moradores e pela Administração do CEADS. Cujo esteve presente a Posse o Sr. Marcos Bastos e Dna. Alice. Almoçaram juntos com a comunidade no Centro de Convivência: logo após o ato da Posse foi servido o almoço. A solenidade se consumou a poucas palavras do Dr. Marcos Bastos e Ezequiel.

Sobretudo está entendido o apoio comunitário e o da UERJ, recebido pelo Ezequiel, por não ter causado em momento algum de suas gestões anteriores nenhum dano à instituição e nem afetado seus parceiros de luta e parcerias administrativas. Chegando neste momento conduzindo meio indeciso os rumos econômicos da Associação.

A virulenta crise que veio do município abateu-se sobre a Associação neste ano de 2013 parece que gerou modificações diferenciadas daquelas formas que vinha sendo praticada no tratamento do tema recorrente de responsabilidade financeira com o meio de transporte comunitário e escolar. Isso não só porque os problemas que havia anteriormente se tornaram possíveis de debate com calma e planejamento em paralelo ao funcionamento normal dos mecanismos sociais, como também passou a fazer parte da agenda de todos os dias de trabalho, interessando ao mesmo tempo tanto a administrador quanto à população local que a qualquer momento pode ter problema no meio

de transporte dito comunitário feito pela Associação, por questão de verba, seria uma das grandes questões para Ezequiel resolver no decorrer da atual gestão. Todos os envolvidos na crise passaram a considerar imperativa uma alteração de fundo nos métodos da nossa operação financeira, de modo a evitar a repetição dos erros, irregularidades, e distorções responsáveis pelo caldo de cultura dos nossos desacertos no exercício do poder.

Temo em dizer que a Associação não é operacional, muito pelo contrário ela é simplesmente representativa, isto porque ela não arrecada recurso para isso ou aquilo. Toda associação de um modo geral são fundadas para serem representantes dos moradores locais, perante a luta juntamente com os moradores da região por melhores condições de vida e trabalho, representando o interesse da sua comunidade perante os órgãos públicos, nas questões relacionadas com os problemas comunitários e, juridicamente, quando necessário. A arrecadação que se faz é para servir de subsídios durante idas e vindas e estadias durante períodos de busca de resoluções dos interesses da coletividade e outras pequenas despesas. Sendo ela mesma um agente jurídico sem fins lucrativos, "mas a arrecadação seria o necessário para a sua manutenção". Simplesmente isso, buscando fomentar a força de todos por meio da união, ajudando encontrar solução dos problemas. E apoiar os movimentos regionais que em comum lutam por melhores condições de vida na região.

Mas, não foi bem assim que entenderam. Ao fundar a Associação de Moradores da Vila Dois Rios, os seus moradores entenderam que a Associação deveria prover meio para operar os meios: entre um e outro, resume-se ao transporte comunitário e escolar. Como não se tem verba para tal. Sai se de pires na mão por aí até, um tempo desse o pires votava cheio de peças, pneumáticos, garantia de serviços e combustível e outros. O pires pingava dentro dele um punhado de material automotivo. Hoje, não. O pires secou. E fica vazio. Pouco se arranja. O que resta é usar tudo que está guardado, sem certeza de reposição. Justamente. A arrecadação.

Aquela necessária para manutenção na busca de solução. A que está sendo consumida na função operacional. Com isso não se vai muito longe compromete a vida da entidade. Corre risco sério da caixa, passar do azul para o vermelho. Cuidado! Com esta situação da inversão de fins.

Valeria agora perguntar se de fato o caso é de uma responsabilidade financeira, por mais acentuada que se tente ter a, ou se deveríamos partir para a busca de uma nova forma financeira administrativa, começando tudo de novo em favor de um modelo organizacional mais realista e mais "compatível com a comunidade moradora". Em vez de correções e remendos tópicos, uma obra de reconstrução desde os alicerces até o topo. Não vai aqui a pretensão de realizar, nem de reinventar a roda, mas simplesmente a idéia de infundir os fatos de coerência e de consistência de que o sistema anda carecendo e por isso mesmo vem claudicando na realidade de cada dia.

Tenhamos em conta que a nossa mais nova experiência administrativa tem raízes no hibridismo da desorganização administrativa dum período entre 2004 – 2005. No meio do caminho, ela teve numa guinada. De um roteiro inexperiente passou para uma atuação mais técnica, daí retirando os equívocos lembrados a cada hora, como por exemplo: o da dilatada abrangência das Manipulações das Verbas. Além disso, o Regimento em que se deu a reorganização esteve dominado pelo espírito de expurgar tudo o que significasse herança maldita ou influência do regime desmazelo dos administradores da casa no período anterior a 2005. Criou-se um Regimento que por um lado se fez concomitantemente superabundante em termos normativos e deixou muita matéria sem capacidade operativa, porque dependia de regulamentações até hoje sem resposta.

A proposta de um novo Estatuto parece-nos extravagante a partir de sua complicada realização. Tampouco podemos estar pensando novamente em adotar a prazo curto o sistema arrojado (ousado e corajoso), fórmula bastante avançada e complexa - embora muito mais democrática - para se encaixar na realidade comunitária, social e cultural dos povoados

emergentes, mesmo quando já situados em nível razoável de desenvolvimento. Não é por acaso que nenhuma comunidade insular ou do continente pôde partir para a alternativa da republicação estatutária. A administração de politicagem que conhecemos transitoriamente na virada do século XX não passou de uma prestidigitação, ou seja, foi uma mágica de ocasião para sustentar por mais algum tempo o período agônico de poder dos atribulados dez (10) anos iniciais.

Falar hoje em reforma estatutária e em reforma administrativa é abrir um vasto leque de opção para todos quantos tenham que dizer alguma coisa sobre a matéria. Parece mínimo o espaço de consenso, a não ser em relação às idéias gerais, como exemplo a de baratear o custo das manutenções das instalações e dos veículos dos transportes comunitários, isto é, passar a ser feito pela própria comunidade gratuitamente, isto ninguém quer fazer de graça. Daí por diante, o que existe é um conflito de propostas e um mar de incertezas. Então, vamos precisar realmente de tempo suficiente para encontrar um mínimo de convergências capaz de construir um lastro comum onde fincar as vigas da construção administrativa que desejamos: sólida, transparente e ética.

Num passado administrativo da Associação aconteceu de errado transformar os custos naturais de uma gestão direcional num espetáculo orgíaco de gastos, abrindo-se então uma cratera por onde se despejaram todos os tipos de despesas desconhecidas do público, contornando com facilidade a vigilância e o acompanhamento da Assembléia Geral. O poder econômico e o gasto à despesa regaram e robustecera a árvore sombrosa da área dedicada à manipulação da vontade popular diante da Urna sem opções nas Eleições que se passaram.

Há casos, de tão óbvio, que nem exige o parecer de entendedor de assunto nenhum administrativo de uma instituição. Uma simples consulta ao senso comum nos dará a resposta de uma forte revelação ao descontrole de caixa, responsável pelas despesas financeiras e pela receita - despesas do sistema por conta dos

dirigentes sem compromissos com a ideologia e sem responsabilidade com as expectativas e a confiança dos moradores. O que nos convém, usando as cláusulas de barreira e de fidelidade, é de um meio grupo compacto, onde caibam todas as tendências boas e todos os interesses da sociedade. Um modelo exclusivo de administrar a Associação de Moradores da Vila Dois Rios por ser ela atípica facilitará e engordará a economia fazendo “uma caixa forte” para as finanças que vão financiar o investimento em instalações, a qual no meu ver poderá existir com a arrecadação social e pesqueira, mas desde que não limitada e com fiscalização mais severa, fechando brechas de utilização da tão sobrecarregada caixa de Economia.

Não faz sentido, uma comunidade pobre ver possibilidade de fortalecimento financeiro, possuir uma caixa-fraca de dinheiro gasto nos meio vitais da sua sobrevivência, uma entidade

contribuída por pouco em prol de todos, uma excrecência que acaba inclusive desanimando muita gente de participar da sociedade ou seja “ser sócio da sua própria associação”, gente boa com vocação para a vida social, mas sem incentivo ou sem motivos interesseiros ou exclusivos. É premente atrair o acesso aos cargos eletivos e sociais e por aí agregar muito mais autenticidade, moralidade ética a prática sócio cultural.

Sobra uma lista importante de questões polêmicas a discutir e a resolver, como o problema dos grupos fechados ou abertos para as candidaturas pela simpatia. As correções virão ao seu tempo e tanto melhor se predominar a via consensual. O importante é que se parta para esse trabalho com o espírito de quem começa algo de novo, saneando das poluições provocadas pelo mau uso dos instrumentos e dos próprios objetivos da sociedade representativa.



O TEXTO e a ILUSTRAÇÃO – são da inteira responsabilidade de Hotair, Rua Paraná, nº 09. Vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ.